

Roberto Campos conduziu há 25 anos negociações difíceis como as atuais

O Brasil foi o país que inaugurou as negociações com o Clube de Paris, em 1961. Pelas mãos do então Embaixador Especial para Assuntos Financeiros, o Senador Roberto Campos, o País foi não apenas o responsável pela criação do Clube naquele ano, como também foi o primeiro a obter créditos novos por seu intermédio. Hoje, o Clube condicionou a negociação da dívida brasileira com os países europeus, da ordem de US\$ 7,8 bilhões (Cz\$ 113,1 bilhões), a um acordo com o FMI, e vem assumindo uma posição dura com seu criador. Quem conta a história da época é o próprio protagonista da cena:

"Fui enviado à Europa, em 1961, pelo Presidente Jânio Quadros para tentar negociar a dívida externa brasileira com os países credores e tentar conseguir dinheiro novo. Depois de ter visitado a Itália, Alemanha e Inglaterra cheguei à França para um encontro com o então Presidente Charles De Gaulle, com uma carta de Jânio Quadros no bolso, mas tendo pelos seus resultados.

"Ele na ocasião me perguntou o que eu esperava da França. Como sabia que o país enfrentava uma situação difícil por causa da guerra com a Argélia, com bombas explodindo em Paris quase todos os dias, disse que esperava sua liderança política nas negociações, já que os governos tinham se comprometido a colaborar bilateralmente, mas necessitavam de uma coordenação. Com isso atingi a vaidade do Presidente e horas depois já estava no gabinete do Ministro das Finanças francês, Wilfred Baugarten, com a decisão de que o país seria a sede das negociações."

Na mesma ocasião, conta o Senador Roberto Campos, Jânio Quadros tinha enviado o banqueiro Walther Moreira Salles para Washington, a fim de negociar a dívida brasileira a vencer da ordem de US\$ 1,2 bilhão (Cz\$ 17,4 bilhões) com os americanos. Mas a história se repete e naquela ocasião, como agora, tanto os credores europeus quanto os americanos insistiam no aval do FMI para a liberação de novos empréstimos e renegociação da dívida.

O quadro brasileiro no início da década de 1960 era o seguinte: a dívida externa chegava a US\$ 2,5 bilhões (Cz\$ 36,25 bilhões). As exportações oscilavam entre US\$ 1,1 bilhões e 1,3 bilhões (Cz\$ 15,95 e 18,85 bilhões). Quanto às reservas cambiais, a situação era trágica. Em 1960, o País tinha em caixa apenas US\$ 250 milhões (Cz\$ 3,63 bilhões), que em 1962 caíram para US\$ 200 milhões (Cz\$ 2,9 bilhões).

O processo de funcionamento do Clube de Paris, prossegue o senador e ex-embaixador do Brasil em Washington no Governo João Goulart, passou a ser da seguinte forma: "Os bancos privados emprestavam o dinheiro, mas tinham seguro de crédito através das entidades governamentais, como a inglesa ECGD, Exportations Credit Guaranty Department; a francesa Coface; Hermes, da Alemanha e os Eximbanks, japonês e americano. Ou seja, a rigor os governos negociavam com os credores, por isso insistiam em um acordo com o FMI."

"Dada a quantidade dos bancos", prossegue, "se cada um deles tivesse que fazer auditoria, os países devedores sofreriam uma invasão de funcionários estrangeiros. Por isso o Fundo avalia a gestão do Governo que apresenta um programa de crédito, onde especifica suas condições de pagamento."

A situação em 1961, embora semelhante à atual, tinha um sério agravante. Em 1959, o então Presidente Juscelino Kubitschek havia rompido formalmente com o Fundo, "ao contrário de hoje", salienta Roberto Campos, "quando nos limitamos a desrespeitar sistematicamente todos os compromissos assumidos com ele". Por isso as conversações eram

bem mais difíceis naquela época. Mas os motivos do endurecimento fazem lembrar 1986.

No final da década de 1950 o Brasil procurou o Fundo para obter novos empréstimos e renegociar sua dívida. Na ocasião, o FMI indicou a necessidade de um saneamento orçamentário e de uma desvalorização cambial. JK concordou em mexer no câmbio, mas avisou que esta medida só viria depois das eleições presidenciais em novembro de 1960. O Fundo argumentou que a situação era de emergência e não podia esperar tanto tempo. "Além disso", completa Roberto Campos, "estávamos no final de construção de Brasília e falar em conter gastos naquele momento era irreal."

Quem estava à frente das negociações era o Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, um empresário, sem passado político. Ainda segundo o senador, o Brasil não tinha interlocutores para negociar com o FMI. "Na verdade", relata, "o Fundo não acreditava que Juscelino fizesse a reforma cambial. Paralelo a isso, o Presidente sentiu necessidade de captar popularidade e optou por um posicionamento duro, rompendo com estardalhaço o acordo com o Fundo, no que foi apoiado pela maioria da população."

Rompimentos à parte, no Governo Jânio Quadros tudo foi resolvido da melhor maneira possível, segundo Roberto Campos, acrescentando que já se sentia envergonhado ao se sentar para negociar com os credores diante da inadimplência nacional. O País foi ao FMI e recebeu sinal verde para as negociações. Como resultado conseguiu um prazo de cinco anos para pagamento, com dois de carência, e empréstimo de US\$ 350 milhões (Cz\$ 5,08 bilhões) do Clube de Paris, fruto da proposta de Campos ao Presidente De Gaulle. Nos EUA, Moreira Salles conseguiu créditos novos da ordem de US\$ 400 milhões (Cz\$ 5,8 bilhões).

— Na época — prossegue Campos — adotamos uma taxa cambial flutuante, o que considero plenamente factível para hoje. Além disso, o então Presidente Jânio Quadros passava uma imagem de austeridade que agradava ao FMI e declarava que pretendia implementar um programa de contenção de despesas. A taxa fixa estimulava as importações e prejudicava significativamente nosso saldo comercial. Para o Fundo bastava uma maxidesvalorização, no entanto Jânio foi mais além, o que agradou bastante os credores.

A situação de hoje lembra a Campos um filme já visto. Mas se em 1961, na sua opinião, os resultados foram positivos, agora ele se confessa pessimista. Ele não acredita na possibilidade de renegociação da dívida brasileira sem um aval do FMI. "O Fundo tem manifestado uma enorme boa vontade com o Brasil, ao contrário de Clube de Paris, que é bem mais conservador. E isso tem uma explicação: dos 153 países membros do FMI, apenas 17 são desenvolvidos, portanto chamar o Fundo de 'capitalista ortodoxo' é desconhecer sua organização."

Depois da visita de Campos à Europa, em 1961, um novo acordo do tipo stand-by foi firmado em 1964, após o golpe que derrubou João Goulart, com a concessão de crédito de US\$ 150 milhões (Cz\$ 2,18 bilhões). Já como Ministro do Planejamento do Governo militar do general Castelo Branco, Roberto Campos voltou a Paris comprometendo o País a combater a inflação, de oito por cento ao mês, e equilibrar a balança de pagamentos.

O Brasil durante aqueles três anos não havia pago os dois anos de carência e feito amortização referente ao primeiro ano da dívida da ordem de US\$ 700 milhões (Cz\$ 10,15 bilhões), de um total de US\$ 3 bilhões (Cz\$ 43,5 bilhões).



O ex-ministro e embaixador conta como foram as negociações nos anos 60